

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA VINTE E TRÊS DE MAIO DE 2017, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos vinte e
4 três dias do mês de maio de dois mil e dezessete, instalou-se a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva
5 (CTC) do CEIVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais – Eduardo Araújo
6 Rodrigues (IGAM), Deivid Oliveira (FIEMG), Matheus Machado Cremonese (PREA); Rio de Janeiro – Livia
7 Soalheiro (INEA), Antônio Carlos Simões (CSN), João (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa
8 Vida), Roberto Machado (Instituto Rio Carioca); São Paulo – Zeila Chittolina Piotto (CIESP Taubaté), Sérgio
9 Domingos Ferreira (SABESP), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP), Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA); **dos**
10 **seguintes convidados:** Paulo Eduardo Aragon M. Ribeiro (CEDAE), Flávia Sipres (CEDAE), Zenílson Coutinho
11 (CBH-BPSI), Licius de Sá Freire (FIPERJ/R2R), Elias Adriano (ADCM-QUELUZ), João Gomes Siqueira (CBH-
12 BPSI), Juliana Fernandes (AGEVAP), Bruno Retrão (AGEVAP), Alexandre Cid (AGEVAP), Kleiton Kássio
13 (AGEVAP), Daiane dos Santos (AGEVAP), Tatiana Ferraz (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP), Ana
14 Carolina Duarte (AGEVAP) ; **para tratar da seguinte pauta:** **1** – Aprovação da ata da reunião anterior; **2** –
15 Proposta de critérios de hierarquização e de contrapartida para aplicação dos recursos constantes no programa **2.1**
16 – Redução de Cargas Poluidoras do Plano de Aplicação Plurianual – PAP do CEIVAP (AGEVAP); **3** – Relato da
17 situação do projeto PAP de remoção de macrófitas (AGEVAP); **4** – Relato dos encaminhamentos da Oficina de
18 Monitoramento (AGEVAP); **5** – Relato da situação da revisão Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba
19 do Sul (AGEVAP); **6** – Sistema de Residência para os Comitês de Bacias Hidrográficas Afluentes do Rio Paraíba
20 do Sul; **7** – Assuntos Gerais; **8** – Encerramento. **ITEM 1: Aprovação da ata da reunião anterior** – A ata da 3ª
21 Reunião Ordinária da CTC, realizada no dia 1º de dezembro de 2016, foi aprovada. **ITEM 2: Proposta de**
22 **critérios de hierarquização e de contrapartida para aplicação dos recursos constantes no programa 2.1** –
23 **Redução de Cargas Poluidoras do Plano de Aplicação Plurianual – PAP do CEIVAP (AGEVAP)** – A Sra.
24 Zeila Piotto (CIESP) deu início ao item 2 da pauta esclarecendo que a realização da presente reunião foi um pedido
25 do Sr. André Marques (AGEVAP), em função da necessidade de alinhamento de ideias para implementação do
26 PAP. Logo em seguida, a Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) pediu desculpas, em nome do Sr. André Marques
27 (AGEVAP), que não pôde comparecer devido a uma reunião na Agência Nacional de Águas (ANA), e convidou
28 o Sr. Bruno Retrão (AGEVAP) para realizar a apresentação da proposta referente ao Programa de Tratamento de
29 Águas Residuárias (PROTRATAR), bem como a ideia do projeto, as etapas programadas e os critérios de
30 hierarquização e habilitação a serem utilizados. A Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) reiterou dizendo que o
31 objetivo da apresentação seria de passar a proposta para a realização de um edital para tratamento de efluentes na
32 bacia do Rio Paraíba do Sul, tendo a intenção de publicá-lo ainda este ano, atendendo as demandas do PAP. A
33 Sra Zeila Piotto perguntou os prazos para a Câmara Técnica realizar a apreciação do modelo e pediu para o Sr
34 Bruno Retrão (AGEVAP) apresentar primeiramente a análise técnica para que, posteriormente o grupo pudesse
35 fazer a apreciação. A Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) disse que ao final da apresentação haverá um cronograma
36 a ser atendido. O Sr. Bruno Retrão (AGEVAP), retomando a apresentação disse que a análise técnica compreende
37 3 etapas: documentação mínima para inscrição, compatibilidade e conferência de cálculos e documentação
38 complementar. Luiz Barretti (ABES-SP) ressaltou que os municípios precisam estar cientes dos pré-requisitos. A
39 Sra. Livia Soalheiro (INEA) perguntou quantos municípios da bacia não possuem plano de saneamento. A Sra.
40 Juliana Fernandes (AGEVAP) disse que a maioria dos planos estão concluídos ou em elaboração. A Sra. Livia
41 Soalheiro (INEA) expôs seu receio em colocar esse requisito na habilitação e os municípios que estão em
42 elaboração não podem ser contemplados. O Sr. Licius Freire (FIPERJ/R2R) sugeriu complementar os
43 parâmetros utilizados com informações dos Comitês. O Sr. Osman Andrade (ANA) perguntou se o diagnóstico
44 não fala da criticidade da bacia como um todo. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) disse que que possuem um
45 levantamento dos trechos críticos relacionados ao despejo de carga orgânica, que poderia ser uma proposta a ser
46 utilizada e uma segunda opção seria utilizar o atlas de despoluição da ANA, que possui informações importantes
47 acerca do despejo, vazão e trechos críticos. Terminou dizendo que poderiam aperfeiçoar o estudo utilizando a
48 mesma lógica da ANA para obter o impacto do esgoto, comparando a carga orgânica, a vazão de diluição
49 necessária e a vazão do rio em todas as Estações de Tratamento e municípios levantados no atlas, ou utilizar os
50 dados do diagnóstico presentes no site CEIVAP que mostra os trechos críticos e os municípios correspondentes.
51 A Sra. Zeila Piotto (CIESP) lembrou que o prognóstico de qualidade está sendo contratado, reiterou dizendo que
52 o grupo tem que pensar que estão em um cenário de transição. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) sugeriu criar
53 faixas de pontuação dentro das categorias da legenda do mapa de qualidade do diagnóstico do Plano de Bacia,
54 utilizando para verificar a justificativa dos critérios. O Sr. Luiz Barretti (ABES-SP) propôs no item de
55 contrapartida financeira uma substituição por percentual da população atendida pelo percentual da população total
56 do município e acrescentou dizendo que a divisão por faixas não é operacional. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) iniciou
57 debate sobre os pesos dos critérios. O Sr. Luiz Barretti (ABES-SP) sugeriu o peso de 40% na análise técnica e
58 60% os critérios de hierarquização. O Sr. Licius Freire (FIPERJ/R2R) achou a sugestão do Sr. Luiz Barretti
59 (ABES-SP) muito alta e propôs 20% para análise técnica e 80% para os critérios de hierarquização. O Sr. João
60 Gomes (CBH-BPSI) buscou aumentar o peso pra os critérios de hierarquização, sendo assim expôs sua opinião
61 em concordância com a linha de argumentação do Sr. Luiz Barretti (ABES-SP). O Sr. Roberto Machado (Instituto
62 Rio Carioca) propôs 30% para análise técnica e 70% para os critérios. O Sr. Luiz Barretti (ABES-SP) relatou que
63 a hierarquização tem o poder de organizar as demandas da bacia, disse ainda que precisam sinalizar que o plano

64 de bacia é mais importante que a qualidade do projeto, mas a mesma não pode ser descartada. A Sr. Zeila Piotto
65 (CIESP) disse que a proposta mais equilibrada é a de 40% para análise técnica e 60% para critérios de
66 hierarquização e sugeriu que estipulassem um prazo para a AGEVAP realizar as inclusões. O Sr. Licius Freire
67 (FIPERJ/R2R) disse que o documento foi aprovado e agora a AGEVAP faria as adequações discutidas na reunião.
68 Sugeriu ao grupo um prazo de dois dias após feitas as adequações para apontarem possíveis ajustes, isso tudo feito
69 virtualmente e finalizou mencionando que a apresentação do Sr. Bruno Retrão (AGEVAP) foi esclarecedora. O
70 representante do Comitê Rio Dois Rios expressou sua opinião dizendo que o documento que será enviado deveria
71 seguir a apresentação feita na reunião. A Sra. Livia Soalheiro (INEA) sugeriu que o processo de mobilização com
72 os municípios poderá ser feito através de oficinas sobre o tema. **ENCAMINHAMENTO:** *Acrescentar no item 1*
73 *da análise técnica a estimativa de custo de operação e manutenção e a eficiência de remoção. Incluir na*
74 *habilitação a entrega do planejamento de execução, regularidade de tratamento finalizado ou em elaboração e*
75 *cobrança de água. Adicionar, também, como critério de habilitação um item informando que os planos precisam*
76 *estar elaborados ou em elaboração. Ficou acordado que a AGEVAP definirá o formato de como será feita a*
77 *oficina com os municípios e prever um prazo para inserção no edital. A AGEVAP terá até o dia 2 de junho para*
78 *enviar as melhorias para o grupo e os membros terão o dia 6 de junho para retornar. A publicação do edital*
79 *será realizada no dia 19 de junho.* **ITEM 3: Relato da situação do projeto PAP de remoção de macrófitas**
80 **(AGEVAP)** – A Sra. Zeila Piotto (CIESP) alinhou com o grupo que, na próxima reunião plenária do CEIVAP,
81 fosse proposto a reativação e a recomposição do grupo de macrófitas. A Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) fez
82 uma apresentação referente ao projeto PAP de remoção de macrófitas relatando um breve histórico sobre a
83 publicação do edital que teve como vencedora a empresa L.F DA S CAVALCANTI SERVIÇOS AMBIENTAIS
84 – ME. Disse ainda que o contrato tem um valor de R\$ 2.860.000,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta mil reais),
85 o que corresponde à realização da remoção de 1.300.000 m², com a vigência de 14 meses, contados a partir da
86 assinatura do contrato, transcorrida no dia 16 de maio de 2017. Terminou dizendo que o gestor do contrato é o Sr.
87 Bruno Retrão (AGEVAP) e o responsável por atuar junto aos municípios é o Sr. Kleiton Kássio (AGEVAP).
88 Relatou que está sendo elaborado um Termo de Cooperação com os municípios de Paraibuna, São João da Barra,
89 Aparecida, Caçapava, Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Pindamonhangaba, Potim, Taubaté, Tremembé,
90 Resende e Valença. A Sra Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale, Nossa Vida!) indagou a respeito da ausência do
91 município de Quatis na listagem, visto que a cidade passa por uma situação crítica em relação às macrófitas. A
92 Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) disse que a AGEVAP entrou em contato com todos os municípios, mas que
93 pode reforçar e contatar novamente o município para constatar se existe real interesse no projeto. O Sr. Zenilson
94 Coutinho (ASFLUCAN) relatou um problema em Campos dos Goytacazes em relação os canais de irrigação. O
95 CBH BPSI conseguiu criar uma Câmara Técnica de controle da estrutura hidráulica desses canais que tem sanado
96 os problemas existentes nos mesmos. Disse ainda que um vereador do município de Campos dos Goytacazes
97 conseguiu através do Deputado Estadual André Corrêa um maquinário para abrir qualquer canal de irrigação da
98 região, porém isso está causando transtornos porque a obra ainda não tem a autorização do INEA. A Sra. Juliana
99 Fernandes (AGEVAP) disse que essa situação precisa ser resolvida diretamente com o órgão gestor.
100 **ENCAMINHAMENTO** – *A Câmara Técnica Consultiva (CTC) irá propor na plenária do CEIVAP a reativação*
101 *e recomposição do Grupo de Macrófitas.* **ITEM 4: Relato dos encaminhamentos da Oficina de**
102 **Monitoramento (AGEVAP)** – A Sra. Zeila Piotto (CIESP) perguntou se os encaminhamentos da oficina foram
103 repassados no âmbito da Câmara Técnica e posteriormente solicitou o envio do documento aos membros da CTC.
104 Sobre o edital do Programa de Monitoramento a Sra. Livia Soalheiro (INEA) disse que no GTAI ficou acordado
105 que o edital não sairia sem a aprovação dos três estados. Terminou sua fala perguntando o motivo da saída do
106 edital e o porquê não foi dado um retorno ao GTAI. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) entendeu que foi um
107 equívoco e disse que iria passar a contestação para o Sr. André Marques. A Sra. Livia Soalheiro (INEA) disse que
108 o coordenador do GTAI poderia ter ajudado na articulação com os estados. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) relatou
109 que a oficina de monitoramento com os órgãos gestores foi uma proposta de apoio do CEIVAP advinda do Sr.
110 Osman Andrade (ANA) e acordada com o grupo na última reunião da Câmara Técnica. Na oficina de
111 monitoramento foi feita uma análise dos 22 pontos verificando o tipo de monitoramento que poderia ser
112 implantado e o que precisava ser discutido com cada um dos órgãos gestores. No final de sua fala disse ainda que
113 ficou de responsabilidade da AGEVAP articular os encaminhamentos da oficina com os órgãos gestores. Propôs
114 a AGEVAP que a partir dessa tabela criem uma coluna extra de situação dos pontos e na próxima reunião coloca
115 essa tabela como ponto de pauta. **ENCAMINHAMENTO** – *Fica de responsabilidade da AGEVAP apresentar,*
116 *na próxima reunião da Câmara Técnica, a tabela das ações com a inclusão de uma coluna de situação dos pontos.*
117 **ITEM 5: Relato da situação da revisão Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul**
118 **(AGEVAP)** – A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) realizou uma apresentação relatando a situação da Revisão
119 do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Disse que o edital foi publicado no dia 9 de maio
120 de 2017 e todos os membros do Comitê foram informados. Mencionou que o ato convocatório acontecerá no dia
121 27 de junho. Completou dizendo que os Comitês Mineiros e Paulista não estão inseridos na contratação. O Sr.
122 Osman perguntou sobre o interesse do trecho mineiro. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) disse que no estado
123 de Minas possui recursos previstos no PAP porém existe um entrave junto ao IGAM que já está sendo resolvido.
124 Informou que naquele momento para não atrasar a licitação optou-se por não inserir os de Minas Gerais no
125 presente edital. O representante da ANA, Sr. Osman Fernandes, sensibilizou o grupo, órgãos gestores, Comitê e
126 AGEVAP dizendo que os mesmos não se preparam adequadamente para acompanhar o programa. Disse que

127 precisam se organizar para saber o que o Comitê precisa decidir. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) recomendou que a
128 equipe da AGEVAP analise o cronograma. A Sra. Livia Soalheiro (INEA) disse que o cronograma foi definido
129 no GTAI, essa tarefa ficou para a AGEVAP e ainda não tiveram um retorno. O Sr. Luiz Barretti se sentiu
130 desconfortável quando disseram que São Paulo não deu um retorno a respeito da participação. Disse que vai
131 resgatar e verificar se realmente o Comitê não possui interesse. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) perguntou se
132 poderiam tentar um novo contrato em cima dos estudos concluídos. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) disse
133 que pode ser uma proposta. A Sra. Livia Soalheiro (INEA) cobrou o retorno da AGEVAP ao GTAI sobre a
134 abertura do edital. Matheus Cremonese (PREA), Eduardo Araújo (IGAM) e Livia Soalheiro (INEA) relataram
135 que não foram informados a respeito de alguma articulação. **ENCAMINHAMENTO** – *O grupo decidiu colocar*
136 *como pauta na 1ª reunião da CTC de recomposição a apresentação da Sra Juliana Fernandes (AGEVAP)*
137 *mostrando a dinâmica propostas e as demandas para o grupo, no âmbito de acompanhamento da elaboração do*
138 *Plano de Bacia.* **ITEM 6: Sistema de Residência para os Comitês de Bacias Hidrográficas Afluentes do Rio**
139 **Paraíba do Sul** - A Sra. Zeila Piotto convidou o Sr. Licius de Sá Freire (CBH R2R) para realizar a apresentação
140 sobre o Sistema de Residência para os Comitês de Bacias Hidrográficas Afluentes do Rio Paraíba do Sul. O Sr.
141 Licius de Sá Freire (CBH R2R) deu início ao seu relato dizendo que o modelo apresentado é uma experiência de
142 sucesso no Comitê Piabanha e uma proposta de implantação para o CEIVAP e para os Comitês Afluentes. Disse
143 ainda que o programa consiste na seleção de profissionais recém-formados, advindos de universidades públicas
144 conveniadas, nas áreas de interesse do Comitê para o exercício da função de residentes. A Sra. Livia Soalheiro
145 (INEA) perguntou se existem instituições conveniadas em toda área de abrangência do comitê. A Sra. Tatiana
146 Ferraz (AGEVAP) disse que no momento não existem instituições que abrangem toda área. O Sr. Elias Adriano
147 (ADCM-QUELUZ) opinou dizendo que devem estender o convênio para as universidades privadas e para o ensino
148 técnico. O Sr. Licius de Sá Freire (CBH R2R) retomou mencionando que o modelo apresentado é referente ao
149 utilizado pelo Comitê Piabanha e nada impede de receber modificações do grupo. Relatou que a ideia é que o
150 CEIVAP juntamente com a ANA custeiem o programa. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que a Câmara Técnica
151 para decidir sobre o assunto precisa de mais informações, uma proposta melhor estruturada em termos de
152 quantidade, indicando o processo, atores envolvidos e a quantidades de residentes requerida. A Sra. Livia
153 Soalheiro (INEA) disse que a AGEVAP poderia tentar orçar uma proposta para os comitês. O Sr. Osman
154 Fernandes(ANA) ponderou a respeito da atuação da ANA no projeto. Ele disse que a ANA na área de capacitação
155 vem atuando somente em projetos nacionais e em casos excepcionais. O Sr. João Gomes (CBH BPSI) mostrou
156 interesse em implantar o programa no Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. O Sr. Elias Adriano (ADCM-
157 QUELUZ) propôs a revitalização da Câmara Técnica de Educação Ambiental para a plenária do CEIVAP. O Sr.
158 Osman Fernandes (ANA) sugeriu que o grupo defina a proposta e o foco. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) perguntou
159 se o grupo tem alguma sugestão para definirem e limitarem o foco. O Sr. Licius de Sá Freire (CBH R2R) sugeriu
160 que o processo seja feito virtualmente. A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) disse que, atualmente, a AGEVAP
161 tem um plano de bacia que está sendo finalizado. Falou que no momento possuem 36 ações previstas, para iniciar
162 uma discussão ela sugeriu realizar a descrição de cada ação com intuito de definir metas de acordo com o plano.
163 A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que não tem como fechar a proposta virtualmente e sugeriu tratarem o assunto
164 primeiro na CTC e caso precisem de uma articulação maior repassam ao GTAI. **ENCAMINHAMENTO** –
165 *Apresentar na próxima reunião uma proposta mais estruturada em termos de valores, quantidade e possíveis*
166 *ações do programa de residência.* **ITEM 7: Assuntos Gerais** – No último item de pauta, a Sra. Zeila Piotto
167 (CIESP) deu espaço para os presentes na reunião para realizarem seus informes nos assuntos gerais. A Sra. Vera
168 Lúcia Teixeira (Nosso Vale! Nossa Vida!) informou que acontecerá no dia 27 de junho o II Simpósio Água Boa,
169 na sede da AGEVAP e nos dias 13,14,20 e 21 de julho serão realizadas Oficinas Raio X do Saneamento e ao final
170 de sua fala avisou a todos os membros que houve mudança na cidade que sediará o ENCOB 2017, o novo
171 município escolhido é Aracaju/SE. O Sr João Gomes (CBH BPSI) perguntou se está sendo cumprido o acordo
172 feito com o Ministro Luiz Fux e quem é o responsável pela fiscalização do Sistema Hidráulico do rio Paraíba do
173 Sul. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que tem um grupo específico para o assunto, o GAOPS, e sugeriu que o Sr.
174 João Gomes (CBH-BPSI) coloque esse assunto na plenária do CEIVAP. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) falou
175 sobre a questão dos planos de saneamento e questionou a competência da Caixa Econômica Federal. Juliana
176 Fernandes (AGEVAP) disse que alguns PMGIRS estão na CEF de Juiz de Fora, mencionou que é a vontade da
177 Caixa fazer com que os municípios entendam o plano de resíduos sólidos. **ITEM 8: Encerramento** – Não
178 havendo mais nada a tratar, a Coordenadora deu por encerrada a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica
179 Consultiva do CEIVAP agradecendo a compreensão e a oportunidade de trabalhar com todos do grupo. A presente
180 ata foi lavrada por mim, Ana Carolina Duarte, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pela
181 Coordenadora da CTC, Sr. Zeila Piotto, que presidiu a reunião.

182
183 Resende, 23 de maio de 2017.
184
185

186 Zeila Piotto
187 Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP